

# O marxismo das periferias

Aldo Agosti

**Como citar:** AGOSTI, Aldo. O marxismo das periferias. *In* : ROIO, Marcos Del (org.).  
**Marxismo e Oriente** : quando as periferias tornam-se os centros: Oficina Universitária; São Paulo:  
Ícone, 2008. p.113-143. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-274-0962-9.p113-143>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# O MARXISMO DAS PERIFERIAS

Aldo Agosti

*Prof. de História Contemporânea  
da Universidade Estadual de Turim*

## 1 Colocação do problema

O objetivo deste capítulo é investigar, em síntese, o impacto originado pelo marxismo em países que apresentam um terreno histórico radicalmente diferenciado do europeu, que constituiu o húmus originário da teoria elaborada por Marx. Nossa referência é constituída, de um lado, pelos países que conformaram a área privilegiada da expansão imperialista a partir do fim do século XIX e, de outro lado, pelo desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional, um dos fenômenos mais importantes ocorridos na segunda metade do século XX. Advertimos o leitor que os termos “europeu” e “não europeu”, serão utilizados como simplificação, numa acepção claramente inexata do ponto de vista geográfico.

A área objeto de nossa atenção é, de certa forma a que, com igual aproximação, a Internacional Comunista indicava em seus primeiros congressos, como “Oriente”, e que hoje

caracterizaríamos como “sul do mundo” (a expressão Terceiro Mundo tornou-se desatualizada, pois pressupõe a opção de uma terceira posição contraposta tanto ao mundo capitalista quanto ao socialista, perspectiva hoje historicamente superada). A área geográfica considerada exclui os países não europeus em sentido geográfico, como os EUA e os Domínios Britânicos, menos pelo alto grau de assimilação das tradições culturais européias que os distingue (característica também da América Latina), que pelo lugar que ocuparam e que ocupam atualmente no sistema da economia mundial e pelo papel que lhes compete na divisão internacional do trabalho.

A história do marxismo não está isenta de paradoxos; um deles é particularmente evidente para os estudiosos, mas é de tal monta que levanta questões e problemas gerais de grande importância que se inter cruzam com a perspectiva da política mundial no início do século XXI. Por que o marxismo, concebido como resposta aos problemas das sociedades capitalistas mais avançadas, nascido no coração da Europa industrializada e difundindo-se como doutrina do movimento operário europeu, acabou se afirmando em países pouco evoluídos de um ponto de vista econômico, e se tornou ideologia oficial de dezenas de Estados (da China até Cuba, do Vietnã até Angola, da Coreia do Norte até a Etiópia) não europeus? Por que, depois do fim da II Guerra Mundial mesmo onde as forças políticas que faziam referência ao marxismo não estavam no poder, mesmo onde os partidos e os movimentos declaradamente marxistas eram fracos e perseguidos o influxo das idéias marxistas tem sido, nestas áreas do mundo, maior do que nos países capitalistas avançados?

Tais questões levantam, por sua vez, mais interrogações: é legítimo perguntar-se, por exemplo, se e a partir de quando, o centro de gravidade do marxismo transferiu-se ao mundo subdesenvolvido; se, e em qual medida, este deslocamento tenha contribuído para a crise profunda e irreversível do marxismo como ideologia de Estado; finalmente aceito que as perspectivas marxistas nas “ilhas” residuais em que ainda

desenvolvem esta função, estejam destinadas a uma mais ou menos lenta extinção se existem as condições para uma sua renovação e para uma sua retomada nas áreas não européias que, em virtude de processos profundos e rápidos de transformação econômica e social, cessaram nas últimas duas décadas do século XX de pertencer ao "Sul do mundo".

A questão foi posta até agora pelo menos no que diz respeito aos historiadores de forma claramente unilateral, isto é, através de uma perspectiva que pode ser resumida sob a fórmula "o marxismo (europeu) e os problemas do mundo subdesenvolvido, colonial e dependente". Muitas entre as mais reconhecidas e respeitadas histórias do marxismo seguem substancialmente este *clichê*, concedendo quando muito, relevância à dignidade e à autonomia da elaboração original do maoísmo e, mais raramente, às expressões mais orgânicas do marxismo latino-americano: retomam, de regra, as raras referências de Marx à Índia e à China; atravessam os debates da II Internacional sobre o colonialismo, assinalam e aprofundam a fratura representada pelas análises de Lenin sobre o "despertar da Ásia", e mais ainda pela sua teoria orgânica do imperialismo como sistema mundial; examinam de maneira detalhada a elaboração da Internacional Comunista sobre a questão nacional e colonial e reconstroem os debates relativos ao peso da revolução no Ocidente e no Oriente, sobre as estratégias das alianças e sobre as aplicações táticas. O encontro entre o marxismo e os países não europeus, é de fato resolvido nas análises realizadas pelo marxismo europeu (através de seus pensadores mais significativos e/ou de suas instâncias internacionais reconhecidas) sobre as realidades sociais e sobre as perspectivas políticas dos países coloniais e dependentes.

O marxismo destes países, pelo contrário, é relativamente pouco conhecido e pouco investigado: entendemos com esta expressão não apenas as elaborações marxistas originais que nasceram na África, na Ásia e na América Latina, mas também os canais culturais e organizativos através dos quais o marxismo penetrou nos "continentes pobres", suas relações com

as tradições autóctones, as forças políticas que inspirou e que ainda inspira, a medida e a direção em que norteia a evolução social e política de tais continentes.

Esta perspectiva unilateral é com certeza o reflexo de um ponto de vista “eurocêntrico”, que foi por um extenso período dominante na tradição marxista. Mas não se trata apenas disto. Há, por um lado, a dificuldade objetiva de separar este marxismo “não europeu” do complexo amálgama de correntes culturais e movimentos políticos que condicionou e pelos quais ele próprio foi condicionado; por outro lado, há uma insídia representada pela delimitação, demasiado estreita, entre a *aplicação* de um marxismo importado e a *produção* de um marxismo autóctone. De fato, o movimento que norteou a difusão do marxismo nos continentes não europeus foi um movimento, por assim dizer, circular: a doutrina que da Europa centro-ocidental fluiu para com o delta do Mekong ou nos *pampas* argentinos resultou necessariamente marcada pelas sociedades onde ela penetrou, e por sua vez, a procura autónoma de vias específicas, originais, acabou sendo um dos elementos que contribuíram para a modificação do marxismo como sistema complexo, determinando sua articulação/fragmentação em diversos “marxismos”.

## 2 A difusão do marxismo pelas periferias antes da revolução russa

Ao examinarmos a história da expansão do marxismo nos países não-europeus durante um século, individuaremos logo uma fratura, representada por 1917. Antes desta data, o impacto do marxismo sobre os países então coloniais e dependentes parece bastante limitado, tanto que o termo *difusão* é excessivo. Existem, na realidade e as vezes têm uma certa consistência áreas de influência do socialismo, seja na África do Norte, na Ásia, ou na América Latina, mas se trata de um socialismo onde a influência do marxismo é relativamente débil.

É um fenômeno que se apresenta como resultado da circulação de idéias próximas ao socialismo europeu (que abrangem um espectro bem mais amplo do representado pela ortodoxia marxista da II Internacional, de Spencer a Kropotkin), e da reflexão original de intelectuais locais que pouco devem ao marxismo e, ao invés, amarram-se a tradições de pensamento e a modelos de organização social que têm suas raízes no passado de suas próprias civilizações. Este socialismo "a-marxista", é, contudo quase exclusivamente intelectual: seus primeiros núcleos, com raras exceções que analisaremos, estavam bem longe do movimento operário, mesmo onde a consistência do proletariado (das indústrias, dos portos, das minas), já não era mais desprezível. Na Ásia e na África do Norte estes grupos e movimentos socialistas estavam integrados com os movimentos de emancipação nacional, representando suas alas esquerdas: é exatamente através da mediação dos movimentos nacionais que tal movimento deixou de ser uma utopia de intelectuais ocidentalizados.

Esta relação com as nascentes aspirações nacionais reflete, por outro lado, um fenômeno mais complexo: uma oscilação, que pode tornar-se laceração, entre os valores que unem os intelectuais à suas comunidades culturais, percebidas como base de oposição coletiva à dominação e às influências européias, e a adesão a perspectivas de modernização, inseridas numa visão progressista do caminho da humanidade, que o socialismo parecia encarnar. Para encontrar uma saída a este *impasse*, a descoberta do socialismo coincide com a redescoberta da própria identidade cultural: e isto se dá através da recuperação de sistemas ideológicos e religiosos (ou também, como no caso da África Negra de modelos de organização social) impregnados de tradições utópicas e igualitárias, ainda vivas particularmente entre os camponeses (circunstância, esta, que deixa os intelectuais esperançosos de superar seu isolamento). A força destes sistemas filosófico-religiosos e/ou sociais, foi na realidade, ambivalente: se por um lado, sobretudo no que diz respeito às tradições populares, eles continham

elementos de igualitarismo e de recusa da ordem vigente (como na Ásia e na África), por outro lado forneciam uma base para justificar as instituições políticas e religiosas e a hierarquia social existente.

As tradições ideológicas orientais revelam, por consequência, uma receptividade para com as idéias socialistas (com diferenças profundas: a tradição muçulmana e confuciana oferecem ao socialismo uma base mais favorável do que a hinduísta ou a budista), capazes de absorvê-las e modificá-las: às vezes favorecendo seu desenvolvimento, outras vezes tornando-se fatores concorrentes, isto é, depois de terem sido transformadas pelas idéias socialistas, tornam-se, potencialmente núcleos de oposição a elas. Na América Latina, as tradições do pensamento europeu são bem mais enraizadas, mas a falta de um modo de produção dominante, a enorme extensão do território, a ausência de heranças ideológicas preexistentes, favorecem a difusão e mesmo a experimentação de todo e qualquer tipo de doutrinas utópicas, do fourierismo ao socialismo cristão, ao messianismo revolucionário dos *cangaceiros* brasileiros.

Como dissemos, a influência do marxismo neste compósito universo socialista parece limitada: esta situação coloca duas questões. Em primeiro lugar, por que esta influência, em sua fase inicial, é reduzida? Em que momento ela começa a ampliar-se? Em segundo lugar, quais são os canais de penetração e de propagação do marxismo nos continentes não europeus? Podemos tentar uma resposta à primeira questão, tendo como ponto de referência a China. Nos primeiros anos do século XX e, sobretudo após a revolução de 1911, desenvolveu-se um forte movimento socialista, que contava com centenas de seções e dezenas de milhares de afiliados: no entanto analisando a "Xin qingnian", revista da *intelligentsia* progressista chinesa depois de 1915, dirigida entre outros, pelo Chen Duxiu, que se tornará um dos mais eminentes marxistas chineses, observamos a presença de citações e de discussões das obras de Adam Smith, Nietzsche, John Stuart Mill, Darwin, Spencer, Rousseau,

Montesquieu, Kropotkin e vários outros pensadores de segundo plano, mas não há menção de Marx. Segundo B. Schwarz, pioneiro dos estudos sobre o comunismo chinês, a omissão não é fruto de simples ignorância, nem resultado dos temores que o radicalismo do autor do *Capital* poderia suscitar: na sua opinião, o marxismo na sua versão pré-leninista, simplesmente não chamava a atenção de intelectuais de um país apenas atingido pelo desenvolvimento do capitalismo.

É uma explicação que podemos aceitar, se tivermos em consideração o marxismo então conhecido na China – através da mediação do socialismo japonês – isto é, uma vulgarização determinista e economicista voltada à identificação *tout court* com a teoria da ruptura do capitalismo nos seus “pontos altos”. Acrescente-se a isto que, em parte pelo eco da polêmica anarquista – também filtrada através do Japão, e mais tarde pela experiência de intelectuais que regressavam da França – em parte pela tendência a associar o marxismo com a social-democracia alemã, a imagem do marxismo era estatizante e autoritária.

Pode-se dizer que esta postura de fechamento era comum a muitos círculos progressistas dos países asiáticos e norte-africanos, e, embora diferentes fatores (culturais, religiosos, sociais) entrem em jogo, não há dúvida sobre o fato de que a responsabilidade disto está na própria razão de fundo: o estranhamento perceptível do marxismo ortodoxo da II Internacional para com a problemática de sociedades situadas à margem ou fora do mundo industrializado. O exemplo chinês demonstra, por outro lado, que tal estranhamento poderia ser um resultado condicionado pelos próprios canais que permitiam a penetração e a circulação das idéias marxistas.

O discurso torna-se agora bem mais complexo, e deveria ser aprofundado e articulado de forma adequada. Nenhuma generalização é, na realidade, possível: os itinerários e os veículos de difusão do marxismo variam de país a país, e esta diversidade pode produzir efeitos profundos sobre seus futuros



desdobramentos. Mas pode acontecer também que percursos aparentemente semelhantes conduzam a resultados marcadamente diferentes. É importante evidenciar que a dimensão da circulação das idéias marxistas não pode ser separada, de forma alguma, da própria *produção* ou *reprodução* de tais idéias e, em última análise, de seus conteúdos e do teor de sua originalidade. Esclarecido este ponto, apontaremos alguns casos significativos.

Nas colônias, o marxismo penetra através de diferentes trâmites. De um lado, um dos canais é representado pelos funcionários e empregados da administração colonial (geralmente eles representam cargos modestos: aduaneiros, professores, etc.), mais raramente pelos técnicos e operários qualificados de empresas metropolitanas. Neste caso o marxismo amornava-se numa ideologia socialista imbuída de genéricos princípios humanitários, animada pela defesa das populações indígenas, mas fundamentalmente impregnada por valores europeus: nesta circunstância sua matriz originária se reduzia em uma visão substancialmente otimista do processo de industrialização, visto como fator de progresso e de modernização.

Isto foi o que aconteceu nas colônias francesas da África do Norte; mas em outros lugares, como na Indonésia, o marxismo conservava um caráter mais militante e classista, constituindo-se como base ideológica de uma organização política do proletariado, com ampla representação das forças indígenas. A Indonésia, única colônia em que existia um partido socialista de orientação marxista e com base operária antes de 1917, e onde o partido comunista nascerá recalçando o mecanismo europeu – isto é, através de uma cisão com a social-democracia – representava um caso atípico também sob outro aspecto: a transmissão e a difusão de idéias marxistas passaram quase exclusivamente através da atividade de formação e propaganda de elementos metropolitanos (é o caso, por exemplo, de H.J. Sneevliet, mais conhecido como Maring, destinado a exercer um papel importante na Internacional Comunista).

Nas colônias francesas e inglesas, entretanto, as obras destes últimos prepararam o terreno para a introdução do marxismo, conduzida de forma autônoma pela *intelligentsija* local que, não raro, aperfeiçoou sua própria formação cultural na metrópole. O marxismo desta elite culta era obviamente mais sensível às sugestões nacionalistas; por outro lado, o marxismo atraiu muitas correntes nacionalistas pela sua denúncia do imperialismo e do colonialismo, e porque associava ao projeto de independência, ideais genéricos de justiça social.

A introdução do marxismo na América Latina percorreu caminhos em parte diferentes. Apesar do fato de a receptividade das correntes européias de pensamento serem na América Latina tendencialmente maiores do que nos países do Oriente, e apesar do papel dos intelectuais veículos e organizadores de uma problemática ideológica e cultural em parte comum ao continente ser tradicionalmente importante, as idéias marxistas se propagaram menos através dos textos "clássicos" (raramente traduzidos e mais freqüentemente compendiados), do que "seguindo as vias e os canais do capital mercantil, desembarcando nos portos de Buenos Aires ou de Santos com a mão-de-obra imigrada, remontando os rios no ventre das cargas, correndo ao longo das ferrovias" (R. Paris). O marxismo apresentava-se, sobretudo como expressão ideológica e política de alguns setores das classes operárias urbanas recém-imigradas, mas não foi sua expressão exclusiva, tanto que sua expansão teve que enfrentar por um lado a persistência da influência anarco-sindicalista, alimentada pelo afluxo de espanhóis e italianos, e por outro lado, a tradição local "gremialista", isto é, das corporações artesãs, condicionadas pela rede de relações clientelistas que constituíam um dos instrumentos usados pela oligarquia para controlar politicamente os segmentos populares urbanos.

Nem sempre existe uma correlação entre áreas de irradiação do marxismo e áreas de enraizamento das diferentes comunidades nacionais, conforme o esquema apresentado por certos estereótipos políticos e historiográficos, propensos a

traçar uma rígida demarcação entre socialismo marxista de procedência alemã e centro-européia, e socialismo libertário de origem latina: o marxismo “latino-americano” (se assim podemos chamar uma ideologia que é, sobretudo um produto de importação) toma forma – confusamente – como ideologia do progresso e da modernização, numa versão devedora dos modelos culturais da social-democracia alemã, mas também da vocação positivista que caracteriza o socialismo italiano de fim do século XIX (é significativo o caso de Antonio Piccarolo no Brasil). Em particular, este marxismo tornou-se um fenômeno exclusivamente urbano: não por acaso, ele resultou totalmente impermeável à experiência daquele grande submovimento camponês que concretizou a revolução mexicana, tanto que – de forma não casual – nenhuma corrente que se reclamava marxista desenvolveu nesta circunstância um papel importante.

### 3 O impacto da revolução russa

A difusão do marxismo fora da Europa e dos Estados Unidos comprova, ainda às vésperas da I Guerra Mundial, sua limitação e superficialidade. A situação mudou profundamente – ainda que com tempos e ritmos muito diferentes – com a revolução de outubro. Depois e através deste evento, o marxismo tornou-se realmente uma mensagem universal e não abstrata: não só porque tinha como referência uma experiência revolucionária vitoriosa, envolvendo milhões de homens, mas também porque o cenário desta experiência foi uma sociedade em que o capitalismo ainda não havia alcançado seu mais alto desenvolvimento, e porque desta experiência participaram, junto com os operários de Moscou e Petersburgo, os camponeses pobres, os pastores das estepes, o lumpen-proletariado muçulmano das colônias internas do império czarista.

As repercussões internacionais da revolução russa, junto com as da I Guerra Mundial, enfraqueceram o controle das potências imperialistas sobre as colônias e semicolônias: pelo

menos até 1922, em toda a África islâmica e na Ásia – e em outros países também para além desta data – um submovimento revolucionário profundo abalou os impérios coloniais e mudanças profundas apressaram-se dentro do tecido social dos países atrasados, preparando o campo para uma recepção do marxismo em nada livresca, mas amadurecida dentro de lutas políticas e sociais de extraordinária acuidade.

O marxismo que penetrou e se difundiu neste contexto, por outro lado, não era mais o da II Internacional, profundamente impregnado pelo eurocentrismo. Disto, Lenin deu uma interpretação que representou uma renovação radical e de fácil recepção e, além do mais, em condição de gerar ela mesma os novos frutos originais do mundo que permanecia às margens do desenvolvimento capitalista. Em particular, a concepção lenineana do imperialismo como sistema mundial trouxe consigo uma inovação profunda do conteúdo do próprio internacionalismo proletário, que se expressava na transformação da palavra de ordem final do Manifesto (“Proletários de todo mundo uni-vos!”), pela correspondente à nova fase de desenvolvimento capitalista e do processo revolucionário, “Proletários de todos os países e de todos os povos oprimidos, uni-vos”.

A idéia de que a cadeia imperialista deveria ser quebrada no seu elo mais débil abriu novas perspectivas para os povos coloniais, introduzindo a hipótese de que suas revoluções pudessem favorecer a vitória proletária nos territórios metropolitanos: a luta nacional contra o imperialismo tornou-se um elemento fundamental, integrante do movimento revolucionário do proletariado. De outra parte, Lenin admitiu, durante o II Congresso da Internacional Comunista (1920), que os países orientais poderiam evitar a etapa capitalista e passar diretamente ao socialismo, abrindo a possibilidade de conceber os processos de transformação das sociedades européias em termos fundamentalmente novos.

Estas idéias de Lenin tornaram-se visão estratégica da III Internacional. Podemos afirmar que estavam presentes nela recorrentes tentações eurocêntricas, denunciadas energicamente pelos representantes dos países coloniais, pelo menos até quando o debate interno foi suficientemente livre para consenti-lo. Mas o salto realizado em relação ao passado foi de qualquer modo, enorme: com a III Internacional o marxismo tornou-se a base teórica de um projeto de transformação revolucionário, concebido pela primeira vez em escala mundial.

Este processo de universalização do marxismo se deu claramente sob o signo de uma leitura leninista. O “leninismo” (o termo começou a recorrer em 1924, e só depois de alguns anos deixou lugar para a expressão “marxismo-leninismo”) foi proclamado pela IC como uma atualização e um enriquecimento do marxismo “no período do imperialismo e na época da revolução proletária”: entre suas contribuições originais houve o reconhecimento explícito da importância dos movimentos nacionais nos países coloniais e semicoloniais para a revolução proletária mundial.

Com certeza, o leninismo não conseguiu expressar toda a riqueza do pensamento de Lenin: afinal de contas, qualquer *corpus* de idéias sofre necessariamente adaptações e simplificações na medida em que se torna uma força política capaz de mobilizar as massas. Aquilo que aconteceu com o pensamento de Marx repetiu-se com o pensamento de Lenin, onde tendências marcadamente esquematizadas e enrijecedoras, ofuscaram alguns de seus aspectos mais criativos, produzindo efeitos cujas conseqüências recaíram, também, sobre as análises das sociedades não européias e na elaboração de uma estratégia revolucionária correspondente a seus problemas.

No processo – bem rápido – de formalização de uma ortodoxia leninista consumaram-se a deslegitimação e a marginalização de outras expressões do pensamento marxista

engendradas no mundo extra-europeu sob o impacto da revolução de outubro: é o caso representado por Sultan- Galev, o tártaro colaborador de Stalin ao comissariado para as nacionalidades, teórico de uma visão asiocêntrica da revolução mundial, colorida de messianismo islâmico, centrada sobre uma contraposição entre "nações proletárias" do Oriente e "nações exploradoras" do Ocidente e alimentada por uma profunda desconfiança para com o proletariado europeu; ou a visão do indiano Nath Roy, que efetuou uma rígida transposição das categorias de classe próprias do capitalismo maduro às colônias e às semicolônias, acabando com a recusa de qualquer forma de aliança do movimento revolucionário dos operários e dos camponeses pobres com as forças nacionalistas. Em paralelo, porém, o leninismo tornou-se também a ideologia de uma parte das forças intelectuais e políticas do mundo não europeu que, mesmo não procedendo de uma matriz socialista, emergiram da crise do pós-guerra com objetivos de transformação política e social.

No geral, podemos falar de uma crescente difusão do marxismo, filtrada através da leitura leninista e terceiro-internacionalista, nos países que na época se chamavam de países coloniais e semicoloniais. Isto não quer dizer que o marxismo tenha realizado uma marcha triunfal e sem empecilhos: muitos aspectos da própria versão leninista permaneceram estranhos e de difícil aplicação no contexto não-europeu. A rigidez da ortodoxia tornou com freqüência ineficaz, por exemplo, uma análise das classes que ainda era deduzida a partir das sociedades capitalistas européias, com correções subsidiadas pela experiência da revolução russa.

Além do mais, a ideologia marxista-leninista foi cada vez mais forçada a desenvolver uma função de justificação teórica pelas mais variadas mudanças táticas, conseqüência, sobretudo, dos interesses do Estado soviético, mas também das repercussões das lutas internas do partido: isto representou um obstáculo para um seu desenvolvimento criativo. Apesar disto, entretanto, o papel desenvolvido pela Internacional Comunista

para o processo de universalização do marxismo continuou importantíssimo: não só pela ampliação do horizonte estratégico registrado pelos seus debates, mas também pela obra concreta desenvolvida através da educação dos quadros, imprimindo e divulgando textos e materiais, pondo em circulação em vários países seus revolucionários profissionais.

A metáfora de espalhar sementes não é neste caso fora de lugar: com certeza, seus frutos demoraram em florescer (e com frequência amadureceram somente no pós-guerra, sob o impulso da descolonização), em outros casos, nasceram secos, ou híbridos, a ponto de serem dificilmente reconhecíveis. Permanece o fato, "a possibilidade de analisar a revolução colonial segundo uma perspectiva socialista emerge só como resultado da fratura provocada pelo leninismo" (J. Aricò)

#### 4 A primeira onda expansiva

Os tempos e os ritmos da expansão do marxismo fora da Europa na época da III Internacional foram bastante diferentes. Numa primeira fase, que abrange quase uma década, sob a influência direta da revolução bolchevique as idéias marxistas se propagaram em particular em Ásia, com uma difusão maior na China, no Japão, na Índia e na Indonésia, bem menor e mais brevemente – por outro lado – na Turquia, no Irã, na Síria e na Palestina. Além das regiões históricas e culturais que já relatamos, esta particular receptividade do continente asiático para com o marxismo pode explicar-se através de dois tipos de razões. De um lado, a polarização da sociedade em classes rivais é sem dúvida mais avançada na Ásia do que na África Negra e em vastas áreas da América Latina. A luta dos camponeses contra os latifundiários, assim como dos operários da indústria moderna contra os empresários capitalistas, constituíam uma realidade social cujas raízes já eram relativamente profundas. A difusão do marxismo alimentou-se destas lutas e representou ao mesmo tempo um elemento novo inserido na organização e na politização de tais lutas.

Novas estruturas, bem diferentes daquelas apenas embrionárias que acompanharam os primeiros passos das idéias socialistas no período que precedeu a guerra, representavam agora o novo veículo de difusão do marxismo: trata-se dos partidos comunistas, que nasceram e se desenvolveram nestes anos a partir do encontro entre a evolução da ala radical dos movimentos nacionais e a atividade da organização revolucionária dos emissários da IC. Só no caso da Indonésia (e em parte do Japão) operou-se uma imissão a partir de uma tradição marxista preexistente e de alguma forma consistente; não obstante, com a única exceção do Japão, o socialismo reformista moderado nunca representou um concorrente temível para o comunismo, que assumiu assim o papel de único depositário e intérprete do pensamento marxista.

De uma perspectiva social, o âmbito de penetração do marxismo nos países asiáticos, ampliou-se e diversificou-se: influência determinante tiveram os intelectuais (as próprias origens do Partido Comunista chinês o provam), mas também foram consideráveis, em particular na China e na Indonésia e em parte também na Índia, os segmentos de proletariado (operários de fábricas, trabalhadores dos transportes, marítimos, mão-de-obra das plantações) cuja sindicalização e politização foram estimuladas pelas idéias marxistas (e leninistas).

O segundo fator que caracterizou a Ásia como terreno fértil para o marxismo neste período, foi o impetuoso desenvolvimento dos movimentos nacionais e antiimperialistas. Na realidade, a contradição fundamental da história do marxismo asiático está na relação estabelecida com tais movimentos. Difundido sob o impulso da revolução de outubro, no meio da grande crise do sistema colonial, no momento em que o nacionalismo estava em fase de ascensão, o marxismo pôde aparecer num primeiro momento como a ideologia de uma abstrata, embora auspiciada, revolução mundial mais do que um adequado auxílio teórico da revolução nacional. O diferente grau de receptividade dos vários países asiáticos para



com o marxismo dependeu da capacidade das forças inspiradas no marxismo, de conciliar e unir os próprios objetivos revolucionários aos de libertação e de unidade nacional.

O diferente grau de receptividade dos vários países asiáticos para com o marxismo dependeu da capacidade das forças que tinham como referência o marxismo, de conciliar e unir os próprios objetivos revolucionários aos de libertação e de unidade nacional. China e Indonésia foram, durante os anos 20, os países em que o despertar da consciência nacional parece não ser um obstáculo, mas ao contrário, favorecem as idéias marxistas: em ambos os casos, em 1926-27, houve uma reação de reprovação cujo aspecto mais dramático e visível – ainda que não seja o único – foi uma sangrenta repressão anticomunista.

Os diferentes episódios que esculpíram os movimentos comunistas dos dois países nas duas décadas seguintes podem ser lidos sob a perspectiva de sua capacidade ou incapacidade de dirigir o movimento nacional: os comunistas chineses, através de uma profunda revisão de sua estratégia, alcançaram este objetivo antes da guerra, depois de 1937: os indonésios nunca conseguiram libertar-se completamente de um “complexo” putschista e insurrecionalista, causando perdas muito graves e abrindo o caminho para o declínio do marxismo no arquipélago.

Em outros países, a presença de um movimento nacionalista com sólidas raízes e longas tradições de luta parece dificultar a penetração do marxismo. É o caso da Turquia e do Irã, países nos quais a chegada ao poder de grupos dirigentes “modernizadores”, já legitimados pelas experiências revolucionárias de 1906-1908, diminuiu o espaço de intervenção dos partidos comunistas, logo vítimas de duras repressões; é o caso do Egito (país africano geograficamente, mais próximo, de um ponto de vista histórico e cultural, aos dois países citados acima), onde a ascensão de um combativo movimento nacionalista marginalizou em grande parte as

correntes marxistas, relegando-as a uma posição minoritária que só ocasionalmente foi superada; é também o caso da Índia, cujo movimento comunista, apesar de combativo e influente sobre o movimento operário urbano, não conseguiu contrastar com força a hegemonia do Congresso com relação às lutas de massa contra o imperialismo inglês; ainda que a ala radical do próprio Congresso não foi, de modo algum, insensível ao influxo do marxismo e, por um certo período, ao apelo antiimperialista da Internacional Comunista.

## 5 A segunda onda expansiva

Uma segunda onda de expansão do marxismo nos continentes não-europeus, remonta à década de 30. A crise de 1929 provocou um desmoronamento do sistema econômico do imperialismo "clássico" e uma desestabilização dos regimes políticos direta ou indiretamente presos a ele. Os países produtores de matérias-primas foram os mais atingidos pela queda dos preços, pelas agitações sociais que, controladas na segunda metade da década de 20, voltaram a manifestar-se de forma intensa. Ao mesmo tempo, o enorme esforço realizado pela União Soviética para alcançar a auto-suficiência econômica impressionou profundamente: o sucesso dos dois primeiros planos quinquenais, amplificados por uma grande campanha de propaganda, parece demonstrar aos povos coloniais e semicoloniais que as economias subdesenvolvidas poderiam tornar-se economias avançadas e que o atraso cultural poderia ser superado.

A concomitância dos dois fenômenos ("o capitalismo à ruína, o socialismo em construção", segundo a fórmula da III Internacional), ocasionou um estímulo importante para a difusão do marxismo nos continentes pobres. As diretrizes da expansão diversificaram-se. A Ásia oriental e sul-oriental permaneceram o pólo mais importante: não só registrou-se um renovado impulso do movimento comunista chinês (acompanhado desta vez, como referiremos, por uma

elaboração estratégica original), mas também ingressou no circuito da difusão do marxismo a Indochina, e assistiu-se a uma renovada influência do comunismo na Índia, junto com a radicalização do partido do Congresso influenciado em parte pelo marxismo.

O marxismo penetrou com profundidade também no mundo árabe (Síria, Iraque, Argélia): foram os anos de incubação daquele “nacionalismo de tinta marxista dos infinitos matizes” (Rodinson) que chegou ao seu pleno desenvolvimento só depois do segundo pós-guerra. A influência das idéias marxistas continuou bastante reduzida na África Negra, assim como, de resto, os movimentos nacionais que começavam então a dar seus primeiros passos: entretanto, o Partido comunista sul-africano conseguiu ganhar uma certa influência, também entre a população negra; e através da constituição da Liga antiimperialista (promovida pela IC em 1927), alguns líderes africanos, como Lamine Senghor, temporariamente foram atraídos na órbita do comunismo internacional. O pan-africanismo de esquerda de Padmore e Kuyaté também, ainda que polêmico para com a III Internacional foi profundamente influenciado pelo marxismo. A agressão italiana contra a Etiópia foi mais um impulso importante que contribuiu para a aproximação dos intelectuais africanos à esquerda marxista.

Singular é o caso da América Latina. Ainda que caracterizada por um vivo sentimento democrático, antiimperialista e inspirado vagamente no socialismo, a América Latina foi influenciada só marginalmente, durante a primeira metade dos anos 20, pela Revolução de Outubro: partidos comunistas de alguma consistência nasceram na Argentina, no Chile e no Brasil (onde permaneceu mais forte o peso da corrente anarco-sindicalista), isto é, nos países mais “europeizados” do continente, nos quais já se percebia a presença do marxismo da II Internacional. No entanto, até 1926-27, seus contatos com a IC foram muito frágeis, e a América Latina não ocupou nenhum lugar importante na estratégia da revolução mundial da III Internacional.

Paradoxalmente, um eco quase maior, ou, de qualquer maneira, efeitos políticos mais dinâmicos, foram produzidos pela revolução chinesa que, em ausência de um modelo estratégico específico, constituiu uma referência ideal importante para os intelectuais da vanguarda dos países menos atingidos pelo processo de industrialização. As primeiras tentativas de uma reinterpretação original da teoria marxista e leninista fundada na especificidade latino-americana data da segunda metade da década de 20: o principal protagonista foi o grupo de intelectuais peruanos unidos em torno da revista "Amauta", liderado por José Carlos Mariátegui. Trata-se, porém, de uma experiência isolada e excepcional que se produziu às margens do movimento comunista e da III Internacional, num país excêntrico em relação às tradicionais áreas de difusão do socialismo no continente, e que foi resultado de um movimento intelectual alimentado por influências compósitas, unidas por uma crítica radical da tradição "positivista" do marxismo latino-americano.

Na realidade, a atenção da Internacional Comunista aponta de forma estável para a América Latina só depois de seu VI Congresso (1928), mas este renovado empenho coincidiu com um fechamento sectário e obreirista que sufocou os impulsos de elaboração original então nascentes. Só após 1935, através de uma política mais sutil, os comunistas começaram a sair de seu isolamento, ampliando o raio de ação e de influência, num contexto social profundamente marcado pelos efeitos da crise econômica mundial. Com todas as contradições e os vícios de taticismo que caracterizaram a versão latino-americana, o período das frentes populares abriu ao marxismo – ainda que ao marxismo esclerosado e dogmático da era estaliniana – novos canais de penetração ao sul do Rio Grande.

A presença de Trotski no México e o nascimento de combativas correntes nele inspiradas contribuíram objetivamente, e não obstante o ostracismo decretado pelo comunismo oficial,

para desprovincianizar o horizonte político e cultural latino-americano, da mesma forma que mais tarde, durante a II Guerra Mundial, o afluxo de um grande número de exilados políticos comunistas e socialistas e as condições de relativa liberdade de alguns dos maiores países da América Latina fizeram do subcontinente um centro, em nada secundário, de irradiação de publicistas genericamente marxistas: o número de textos de Marx e Engels, de Lenin e Stalin, mas também de Kautsky e Plechanov publicados na primeira metade da década de 40 no México, em Havana e Buenos Aires é surpreendentemente alto.

A segunda onda de expansão do marxismo entre as duas guerras, a dos anos 30, não foi simplesmente caracterizada pelo crescimento e pela diversificação geográfica de sua influência. Começou a delinear-se um fenómeno novo que se configurará finalmente depois do segundo conflito mundial, quando a crise da ordem colonial se aprofundará de forma irreversível: o das traduções “nacionais”, “criativas” do marxismo em alguns países não-europeus. Na década de 20, ainda que a difusão das idéias marxistas nos continentes pobres tivesse sido considerável, quase nunca deu lugar a reelaborações verdadeiramente originais. O que aconteceu foi um impacto de uma ideologia, originariamente moldada sobre as condições das sociedades capitalistas avançadas e em seguida adaptada às da Rússia pré-revolucionária, com realidades e experiências totalmente novas. Não surpreende que antes de amadurecerem variações autóctones do marxismo, houvesse verdadeiras e próprias crises de rejeição (como o caso da China e da Indonésia que acabamos de lembrar).

A situação mudou no fim dos anos 20: não se assiste mais à simples aplicação de conclusões elaboradas pelo marxismo na análise da sociedade e da história europeia para as sociedades não-europeias: tomam forma os primeiros esforços de recorrer ao método marxista para a análise autónoma e específica das realidades sociais coloniais e semicoloniais. Já lembramos a reflexão de Mariategui, embora

este autor não consiga influir de forma direta sobre os fatos do movimento revolucionário latino-americano. É necessário fazer uma referência, ainda que sumária, à expressão mais original e mais rica de desenvolvimentos do marxismo não-europeu no período entre as duas guerras mundiais: a elaboração de Mao Tsé-tung.

O itinerário do pensamento de Mao (se, e a partir de quando é possível falar em maoísmo é questão controversa) é, em si mesmo indicativo das etapas através das quais se completou a progressiva nucleação de um marxismo autônomo nos países não-europeus. Seus primeiros escritos, que refletem o rasto deixado sobre sua personalidade pelo movimento antiimperialista de 4 de maio de 1919 e pelo eco da revolução de outubro, mostravam ainda a incapacidade de aplicar de forma independente e criativa os instrumentos teóricos da ideologia que ele abraçou: eles expressavam um marxismo que é, sobretudo um conjunto de conceitos muito gerais, quase que sobrepostos à realidade chinesa.

Os escritos de 1926-27 redefiniram radicalmente o papel das classes sociais envolvidas no processo revolucionário, através de uma análise concreta das relações de classe dentro do país, assim como foram produzidas através de um desenvolvimento histórico diferente do europeu. Após a derrota de 1927, Mao chegou às necessárias deduções políticas a partir de uma análise marxista das condições chinesas que, aparentemente, levavam a conclusões contrastantes com as premissas teóricas do marxismo e do leninismo: sem pôr formalmente em discussão nenhuma das formulações "marxista-leninistas" ortodoxas, ele formulou na realidade, uma estratégia revolucionária que supunha uma reviravolta na visão clássica da relação entre cidade e campo na revolução moderna.

Sintetizando a experiência de uma nova forma de luta (a guerrilha rural como instrumento de transformação das relações sociais no campo e de crescimento de um poder militar contraposto ao do adversário de classe), ele chegou a uma

elaboração ideológica que, como escreveu Enrica Collotti Pischel, "despojou o marxismo de todos os conteúdos particulares e conjunturais ligados ao desenvolvimento para responder a um diferente contexto histórico, e o reduziu a puro elemento funcional, metódico e estrutural, capaz de enriquecer-se de um conteúdo particular e concreto novo, tornando-se uma arma instrumental à ação". O "maoísmo" tornou-se assim um *corpus* de idéias historicamente dinâmico, estímulo para a ação revolucionária, capaz de transcender e remoldar as condições de onde ele surgiu, criando novas e sempre mutáveis "realidades objetivas".

Mas neste estágio (isto é, em torno de 1937, quando já estava em curso a assim chamada "fase Yenán") o esforço de elaboração ideológica de Mao, mudou de qualidade, pois não se limitava apenas a enfrentar de forma empírica os problemas ligados diretamente às exigências da luta militar e política, mas pelo contrário, concentrava-se sobre os fundamentos teóricos e metodológicos do marxismo: desta forma, através de uma operação de generalização e de abstração das lições e das experiências maturadas durante uma década, Mao desdobrou sua reflexão para com temas como a distinção entre percepção e pensamento nos processos de conhecimento, ou a concepção da dialética como característica fundamental do real.

Em particular, começou a usar dois conceitos, novos, se considerarmos o instrumental teórico do marxismo soviético que era sua principal fonte de inspiração: o dos aspectos principais de uma contradição e o das contradições primárias e secundárias. A primeira destas concepções constituiu o principal instrumento ideológico para desenvolver e justificar as mudanças de sua linha política. A forma – com freqüência elementar e escolástica –, que esta elaboração exprime é bem menos importante do fato de que ela tentava explicitar os elementos de universalidade que o marxismo poderia deduzir da revolução chinesa. Pela primeira vez uma sociedade não-européia deixava de ser simples objeto de análise marxista, ou termo de recepção passiva do pensamento marxista, e passava

a expressar alguns elementos – não se trata ainda de uma revisão global – de reinterpretação do marxismo e, em última análise, de um marxismo próprio, ainda que embrionário.

O caso chinês constituiu, contudo, uma exceção que se aproxima – pela capacidade de fundir em formas de reelaboração autônoma a revolução nacional e social – só com a experiência da Indochina francesa, com seu grande líder Ho Chi Minh. Na grande maioria dos países coloniais e dependentes, a onda de expansão que caracterizou o marxismo durante os anos 30 foi condicionada, de forma bastante direta, pelas oscilações e pelas contradições da linha política da Internacional Comunista.

Em termos gerais, a mudança de linha depois de 1935, substituída pela nova tática das frentes populares, tem efeitos contraditórios, como já antecíparamos em relação à América Latina: de uma parte favoreceu a ruptura do isolamento dos partidos comunistas, dando nova força a suas iniciativas políticas, abrindo maiores espaços de difusão para sua propaganda e consentindo um mais amplo enraizamento das idéias marxistas, agora não limitado apenas aos restritos circuitos intelectuais, mas estendendo-se também às camadas populares; de outra parte vinculou a liberdade de movimento destes partidos para com as exigências da política externa soviética, abrindo uma contradição entre sua identificação com o movimento de libertação nacional e a exigência de limitar suas reivindicações para evitar ulteriores problemas para as duas maiores potências coloniais, França e Inglaterra, que desenvolviam um papel fundamental na construção de uma política de segurança soviética no contexto europeu.

## 6 Antifascismo e antiimperialismo

Se na Europa o antifascismo desenvolveu uma função decisiva na legitimação nacional dos partidos comunistas e – por este trâmite – na difusão do marxismo em meios que lhe



eram relativamente impermeáveis, no resto do mundo o quadro era mais complexo. Os movimentos que almejavam a libertação da opressão colonial ou do imperialismo econômico, nem sempre abraçavam a causa antifascista. No fundo, os fascismos alemão e japonês representavam uma grave ameaça para os mais fortes impérios coloniais e, em algumas circunstâncias eles se apresentavam como exemplos de povos oprimidos. A eclosão da II Guerra Mundial e a inicial posição de equidistância da União Soviética entre as duas frentes tornaram a situação ainda mais incerta: em particular na área do mundo em que a França foi derrotada e as graves dificuldades enfrentadas pela Grã Bretanha abriram o caminho para a ofensiva do militarismo japonês.

Em países como a Birmânia ou a Indonésia os partidos comunistas foram atraídos pelos movimentos nacionalistas apostando na possibilidade de usar os novos dominadores para livrar-se dos velhos. Na Índia também o movimento de Chandra Bose, que sob vários aspectos ocupava uma posição mais “à esquerda” em relação ao partido do Congresso de Nehru, percorrera este caminho; e os próprios comunistas tiveram que enfrentar não poucas dificuldades para reverter a tradicional linha antiinglesa quando a agressão alemã contra a União Soviética transformara de repente a Grã-Bretanha no mais precioso aliado da pátria socialista.

Todavia, além de importantes casos particulares, os movimentos antiimperialistas e de libertação convergiram no fim da guerra no bloco antifascista. A esquerda ocidental, em particular a de matriz marxista, forneceu o instrumental teórico e político antiimperialista, além de constituir o principal suporte aos movimentos de libertação: e esta esquerda era antifascista. “O antifascismo dos países ocidentais desenvolvidos e o antiimperialismo de suas colônias – escreveu Eric Hobsbawm – convergiam na consideração de um futuro pós-belico de transformação social. O comunismo soviético e dos partidos comunistas locais contribuíram para construção de uma ponte

sobre o fosso, porque no mundo colonial isto significava antiimperialismo, enquanto no mundo europeu e ocidental significava empenho total para a vitória”.

Certo, o antifascismo não podia ter nos países não-europeus o mesmo valor e significado que teve em toda a Europa: todavia isto veiculava uma mensagem ideológica capaz de penetrar também nas elites intelectualizadas que dirigiam os movimentos de libertação nos países coloniais ou dependentes: uma mensagem cujas raízes afundam no racionalismo iluminista, nos valores da revolução francesa e da revolução americana, que exalta o progresso alcançado através da razão e da ciência, da difusão da instrução, da afirmação da igualdade dos direitos para todos os homens, sem distinção de raça e de sexo: numa palavra, uma sociedade orientada para o futuro em vez que para o passado. Trata-se de temáticas que sensibilizaram as elites dirigentes dos movimentos de libertação de um mundo colonial profundamente abalado pelo declínio dos impérios europeus, pois a educação política delas ainda se realizava, em grande parte, dentro daquele horizonte cultural.

Ao terminar o conflito, a expansão do marxismo tornou-se relevante tanto fora do velho continente quanto dentro de suas fronteiras. Nos continentes não-europeus, a vitória da revolução chinesa atraiu dentro de sua órbita o país mais povoado do planeta, e com sua mensagem de libertação nacional e de emancipação social, difundiu sua influência em muitos países da Ásia sul-oriental. Os partidos de inspiração marxista, mais ou menos diretamente ligados à União Soviética, desenvolveram um papel de primeiro plano sobre os movimentos de libertação nacional da região.

Ressaltar esta momentânea difusão da influência comunista, não nos impede de evidenciar, mais uma vez, que a recepção do marxismo fora da Europa apresenta níveis fortemente desiguais, e também traços muito diferenciados. Não raramente, depois do forte crescimento do marxismo

vivenciado no período do pós-guerra, tal influência encontrou obstáculos impenetráveis, ou quase, em muitas sociedades.

Na Índia, a independência significou uma grande vitória política do Partido do Congresso. Durante a presidência de Nehru, alguns ecos de sua freqüência ao socialismo e ao marxismo, deixaram uma marca significativa sobre as matrizes da política indiana, da mesma forma em que, a *intelligentsia* deste país, através da mediação cultural da esquerda inglesa, continuou aberta às influências do marxismo, mostrando capacidade para elaborar releituras e interpretações originais; mas, no plano político, a importância dos partidos marxistas, em primeiro lugar do partido comunista, paralisada também pelo sistema eleitoral bipartidário que penaliza as forças políticas mais radicais, não conseguiu ir além do âmbito de particulares realidades regionais, sofrendo um grave golpe quando se deu a ruptura entre China e URSS.

Na Ásia sul-oriental, bem antes da revolução chinesa, com o início da guerra fria, muitos partidos comunistas foram isolados pelas correntes dominantes do movimento que lutava pela independência e sucumbiram à tentação de insurreições sem perspectivas: isto aconteceu entre 1948 e 1949 na Malásia, na Birmânia e nas Filipinas, provocando um lento declínio. Somente no Vietnã o sucesso da guerrilha permitiu uma sólida soldagem do marxismo pragmático dos comunistas com a problemática nacionalista.

No mundo árabe, a ascensão dos movimentos nacionalistas modernizadores deixou em segundo plano os partidos comunistas, os quais, quando não foram duramente reprimidos, reduziram-se a dóceis e ininfluentes aliados: por sua vez estes partidos preocuparam-se, sobretudo, com o papel que seus países desenvolviam no confronto internacional entre Este e Oeste, subordinando cada movimento aos interesses da política soviética. Nenhuma contribuição relevante foi formulada em relação à análise da estrutura de classe das respectivas formações sociais e dos poderes políticos representados. O

axioma do desenvolvimento não capitalista tomado pelas burguesias nacionais e seu caráter por definição progressista não foi mais posto em discussão.

Em geral, em diversos países asiáticos e africanos que conquistaram a independência nas décadas de 50 e 60, os partidos que dirigiam o processo de libertação acrescentaram à sua denominação o adjetivo "socialista": mas isto não quer dizer que existisse uma coerente plataforma marxista. No horizonte de tal "socialismo" a luta de classe não tinha direito de cidadania, aniquilada em nome de um indistinto e superior interesse "nacional": os elementos do "marxismo-leninismo" que mais chamavam a atenção foram a centralidade do papel do Estado no processo de modernização e de industrialização e a receita do planejamento como incentivo para o desenvolvimento.

Na América Latina as aberturas para o mundo do trabalho dos governos populistas nasceram menos para uma efetiva influência das forças socialistas e comunistas do que para uma imitação das políticas sociais dos regimes fascistas. Mais influenciados pelas culturas e pelas políticas européias do que os países asiáticos e africanos, muitos países latino-americanos viveram de reflexo as esperanças amadurecidas no breve período da grande aliança antifascista, encontrando no fenômeno do browderismo uma expressão deformada e finalmente derrotada.

O início da guerra fria teve porém profundas repercussões: enquanto Moscou e a IC abjuravam Browder, o substancial alinhamento dos governos da região à política externa estadunidense deixou os partidos e os grupos marxistas de várias orientações no isolamento; freqüentemente na ilegalidade, eles foram muitas vezes tentados em apoiar as freqüentes avançadas do populismo, na vã esperança de controlá-lo e dirigi-lo, assim como, por outro lado, de empreender o caminho da luta armada.

Neste panorama é difícil avaliar se a difusão do pensamento marxista no mundo não-europeu associava-se também, em geral, um enriquecimento criativo. De um lado ressaltamos a tendência a uma forte simplificação e vulgarização de alguns aspectos da teoria marxista, em particular da teoria econômica, a qual foi ajustada às exigências das elites modernizadoras dos países coloniais e dependentes. Por outro lado, à medida em que o marxismo se configura cada vez mais como um fenômeno mundial, ele resulta também profundamente marcado pelas sociedades em que é implantado: enfrenta temáticas novas, confrontando-se com um mundo constituído ainda por ilhas de modernidade industrial num oceano camponês, com formas de exploração pré-capitalista, com as culturas e as grandes religiões não-européias, com as relações entre países dominantes e países em via de desenvolvimento, com características específicas e com os problemas que a transição para o socialismo comporta e poderia comportar em futuro.

## 7 Pólos de reelaboração do marxismo: China e América Latina

Dois pólos agregam esta profunda reelaboração do marxismo. O primeiro é sem dúvida representado pela China pós-revolucionária, o segundo pela América Latina. É impossível dar conta, de forma adequada, numa breve síntese como esta, da parábola do marxismo na República Popular Chinesa: nem ajuda a idealização desta experiência realizada durante a segunda metade da década de 60 por uma parte da cultura da esquerda européia e americana. De fato, parece que a China de Mao percorreu uma nova via para a construção do marxismo, diferente da URSS, baseada num enfoque mais flexível para com a realidade social que tem sua fonte de inspiração na teoria das contradições.

Em particular, depois de 1956 e do duro golpe que o mito de Stalin sofreu, o marxismo chinês conseguiu propor-se com um certo sucesso – em alternativa ao soviético – como

fonte de inspiração teórica para o movimento comunista internacional, seduzindo em igual medida muitos revolucionários dos países ocidentais e as elites modernizadoras do Terceiro Mundo. Aos primeiros propõe temas como a continuação da revolução sob o socialismo, o igualitarismo, a abolição da divisão do trabalho, a luta contra as tendências ao "mandonismo" e à burocratização, a crítica da autoridade, inclusive a do partido de vanguarda, a experiência de uma passagem direta a relações de produção de tipo comunista; às segundas, fornece o exemplo de um gigantesco e em aparência alcançado esforço para resolver os problemas do atraso econômico e da miséria. Na realidade, exatamente na experiência da construção de uma sociedade nova, a China repercorre em formas apenas menos agudas, muitas das passagens mais duras do estalinismo, até a dramática ruptura da revolução cultural: para superá-la a mesma herança do pensamento de Mao, sem ser formalmente demolida, será profundamente posta em discussão.

No que diz respeito à América Latina, não há dúvida que a partir da década de 1960 começa uma nova etapa na história do seu marxismo. O ponto de fratura é marcado obviamente pela vitória da revolução cubana e pela proclamação por parte de Fidel Castro, em abril de 1961, do caráter "socialista" do novo regime. Abriu-se então um ciclo dramático que durará vinte anos, de grandes lutas e de intenso debate teórico, em que o marxismo latino-americano, apesar de e talvez por causa das trágicas derrotas sofridas, parece alcançar sua maioridade.

Praticamente, não há país do continente que, na primeira ou na segunda fase da aceleração revolucionária desencadeada pela revolução cubana, não conheça renovadas formas de militância e de reflexão teórica. Ao centro da investigação teórica e política dos anos 60 foi posta a idéia de uma "revolução continental", que encontra nas duas Declarações de Havana (1960 e 1962) e na indicação prioritária da luta armada como método de luta política, sua expressão

teórica mais articulada, e em Ernesto Che Guevara seu apóstolo mais resoluto – até o sacrifício da vida. Não só os impulsos da revolução cubana marcaram este período: a crise cada vez mais aguda do movimento comunista internacional produziu efeitos importantes, em particular depois da ruptura entre Pequim e Moscou e a aceleração impulsionada pela “revolução cultural maoísta”; a emergência de lutas operárias de novo tipo solidificou-se com a radicalização dos segmentos médios urbanos, principalmente jovens e estudantes, e com os ecos de 1968 europeu; a profunda crise ideológica da Igreja católica a partir do Concílio Vaticano II, através da “teologia da libertação”, impulsionou novas forças para a idéia da revolução e do socialismo; finalmente, a difusão do pensamento gramsciano desdobrará alguns efeitos importantes em alguns países, em particular a Argentina, o Brasil e o México. No começo da década de 70, de outra parte, e no meio de uma segunda onda de ascensão da guerrilha, no Chile se deu o triunfo eleitoral de Unidad Popular, fruto tardio da linha das frentes populares do VII Congresso da IC, que os partidos comunistas ortodoxos nunca abandonaram.

Com a violenta derrubada de Salvador Allende em 1973, e apesar do *revival* que a guerrilha, sobretudo nas formas urbanas, vivenciou na década seguinte, as expectativas revolucionárias alimentadas no começo dos anos 60 declinaram: a própria Cuba, depois da morte de Guevara, fechou-se em si mesma e em seus problemas internos, arquivando o projeto da revolução continental. Todavia o marxismo latino-americano continuou conhecendo um período de apaixonados debates. Com todos os limites de esquematismo, os teóricos da “dependência”, a partir da metade dos anos 60, puseram à luz muitas incongruências da “ideologia do desenvolvimento” e da teoria da “revolução democrático-burguesa”, relançando o papel do marxismo na investigação histórica, sociológica e econômica.

É, sobretudo, através do impacto do marxismo latino-americano – e obviamente da experiência pouco teórica, mas

de grande porte emotivo do Vietnã – que o que então se definia Terceiro Mundo veio a ser o pilar da fé e da esperança dos que ainda acreditavam na revolução social. O marxismo, que veio da Europa quase um século antes para a periferia do mundo capitalista, parece agora encontrar nela o território mais fértil para verificar a atualidade de sua mensagem de libertação. A Europa e os Estados Unidos olham agora para a periferia do mundo capitalista para dar nova atualidade à idéia de revolução social.

Esta radical reviravolta de perspectiva levanta na realidade uma série de questões cruciais mais gerais. Até que ponto um movimento político pode distanciar-se das premissas da tradição teórica em que se identifica conscientemente e, todavia manter com esta uma ligação significativa? E ainda, onde termina o processo de desenvolvimento do marxismo como sistema de pensamento unitário, e onde começa sua fragmentação e articulação em muitos marxismos? Podemos responder de maneira diferente a tais questões. Com certeza parece hoje anacrônica a pretensão de qualquer força política de monopolizar uma interpretação “autêntica” do marxismo. Mas não é anacrônico lembrar um lema programático de Marx: “os filósofos só interpretaram o mundo; trata-se, porém, de transformá-lo”. Qualquer que seja o juízo sobre o distanciamento de seus pressupostos originários, o marxismo agiu na Ásia, na África e na América Latina como um fator de profunda e irreversível transformação social (*tradução do original italiano de Silvia De Bernardinis*).